Dualidade de foros e subjetividade política no sermão do primeiro domingo da septuagésima de Ranulfo de la Houblonnière (ca. 1273-1279)

Néri de Barros Almeida

Édition électronique

URL : <https://journals.openedition.org/cem/10612>

DOI : 10.4000/cem.10612

ISSN : 1954-3093

Éditeur

Centre d'études médiévales Saint-Germain d'Auxerre

Référence électronique

Néri de Barros Almeida, « Dualidade de foros e subjetividade política no sermão do primeiro domingo da septuagésima de Ranulfo de la Houblonnière (ca. 1273-1279) », *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA* [En ligne], Hors-série n° 2 | 2008, mis en ligne le 09 avril 2009, consulté le 04 mars 2023. URL : <http://journals.openedition.org/cem/10612> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cem.10612>

Ce document a été généré automatiquement le 4 mars 2023.

Creative Commons - Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International - CC BY-NC-SA 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Dualidade de foros e subjetividade política no sermão do primeiro domingo da septuagésima de Ranulfo de la Houblonnière (ca. 1273-1279)

Néri de Barros Almeida

- 1 Polêmico, o estudo história dos domínios da « subjetividade » e do indivíduo na Idade Média, desenvolve-se entre extremos. Por um lado, as exigências metodológicas que, no trato do objeto, têm evidentemente avançado, como ilustra o trabalho coletivo editado recentemente por Brigitte Miriam Bedos-Rezak e Dominique Iogna-Prat, *L'individu au Moyen Âge. Individuation et individualisation avant la modernité* e por outro lado ¹, o necessário retorno crítico à questões fundadoras e constitutivas da identidade da historiografia, como o problema da cronologia, como evoca o sub-título da mesma obra.
- 2 O tema de nossa pesquisa pretende se situar nos domínios daquilo que entendemos como « subjetividade », cujas dificuldades não vão longe daquelas do estudo da « individuação » ou « individualização ». Por isso mesmo, a precisão do recorte temático, da opção documental e cronológica e das questões axiais da investigação são particularmente delicadas. Nosso objetivo aqui é apresentar nossa proposta de pesquisa a fim de discutir as decorrências prováveis das escolhas até o momento realizadas. A despeito de nossa reflexão ainda se encontrar, como ficará evidente a seguir, referenciada em quadros demasiado gerais, gostaríamos de salientar que nos orientamos fundamentalmente pelas sugestões e análises desenvolvidas em trabalho recente de Jacques Chiffolleau sobre os *occulta*². O faremos sobretudo em dois pontos gerais: em primeiro lugar sua revalorização da documentação jurídica, que como mostrou, se encontra marcada por discussões que objetivam a prática social e as vantagens analíticas que apresenta para a história do problema da « subjetividade » ao propor um universo conceitual relativamente delimitado e estável, em segundo lugar,

sua perspectiva dos desdobramentos políticos desse « ambiente conceitual » a partir das distinções e relações entre foro interno e foro externo.

- 3 Desta forma, pretendemos refletir sobre como a revolução sacramental gregoriana, notadamente no que diz respeito à penitência, coadjuvada pela codificação de um sistema jurídico coerente e auto-referente, interferiu na relação entre as esferas interna e externa do foro, bem como as repercussões desta interferência no campo político. Diferentemente daquele autor, no entanto, não pretendemos nos ater às discussões teóricas já realizadas por estudiosos da história do direito e da teologia mas, através de registros da ação pastoral dos séculos XII e XIII, identificar como essa experiência canônica e teológica chegou aos pregadores e, a partir deles, aos fiéis em geral. Buscaremos também apontar seus desdobramentos na configuração de lugares novos na experiência com o poder público.
- 4 Nosso projeto de pesquisa constitui um dos eixos – o segundo – de um projeto mais amplo, desenvolvido coletivamente pela equipe de professores e alunos integrantes do *Laboratório de Estudos Medievais (LEME/USP-UNICAMP)*³ criado em maio de 2005 por profissionais da área de História Medieval das Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP). O projeto comum de pesquisa passou a ser esboçado em março de 2006 sobre o tema *Dualidade de foros e subjetividade política no Ocidente medieval*. A opção por esta problemática procurava atender a três imperativos. Em primeiro lugar, a conciliação das pesquisas em curso no que dizia respeito a seu campo temático geral e documental. Em segundo lugar, a escolha se fez em função de um objeto que exigisse uma identidade metodológica mínima e fosse receptivo à inventividade. Em terceiro lugar, a ausência de uma tradição dos estudos medievais no Brasil, exigiu a opção por um campo que ampliasse a interlocução da área de história medieval. Esse campo comum de interesses mostrou-se importante para o estabelecimento de uma discussão teórica de longo fôlego e para a integração da área no corpo de discussões historiográficas mais gerais. Esta opção por sua vez também favorecia um envolvimento maior com a tradição historiográfica brasileira em que se destacam as abordagens interhistoriográficas e a crítica historiográfica.
- 5 Se, como dissemos a princípio, a questão fundamental de nosso eixo de pesquisa é compreender, através da documentação pastoral, como se dá a recepção e a construção do foro interno e de que forma este atua na constituição da subjetividade política no século XIII, os objetivos do projeto geral podem ser resumidos no estabelecimento de uma interlocução sólida com outras áreas da história e das ciências humanas e, o estabelecimento de um eixo de pesquisa capaz de permitir uma interpretação sistêmica das relações político-sociais no período estudado. Assim, a relação entre os eixos em si coloca uma série de questões internas à área como o problema das continuidades e rupturas que carrega consigo o da cronologia, os problemas das relações entre poder local e instâncias gerais do poder, mas também, das relações entre a tradição jurídica ocidental e a experiência medieval, como por exemplo, pensadas pelo jurista italiano Paolo Prodi⁴.
- 6 A seguir, apresentamos uma primeira abordagem da documentação pastoral com vistas ao desenvolvimento de parte das propostas concernentes ao segundo eixo desta pesquisa comum. Para tanto, escolhemos o « Sermão do Primeiro Domingo da Septuagésima », de Ranulfo de la Houblonière, editado por Nicole Bériou⁵.
- 7 A prática pastoral dos séculos XII e XIII e seus instrumentos de atuação – os sermões, as coleções de hagiografias e os *exempla* – foram notavelmente influenciados pelas

discussões jurídicas e teológicas sobre o foro penitencial. A aprovação canônica dos santos e sua decorrente tradição hagiográfica, por exemplo, passaram a depender, desde o final do século XII, de uma biografia melhor constituída da qual deviam constar impressões não apenas a respeito de seus gestos – cada vez mais importantes do que os signos miraculosos de sua virtude – mas também da harmonia necessária entre estes e os segredos da consciência do santo. Daí o depoimento dos confessores que – em presença dos processos de canonização tinham cancelada a obrigação do segredo confessional – se tornar cada vez mais importante na definição da santidade. Numerosos no século XIII, estes depoimentos se tornam mais explícitos no século XIV ⁶. Esse avanço corresponde, desde o final do século XIII à tendência do papado em fazer das canonizações campo de aplicação da doutrina da infalibilidade pontifical ⁷. O conhecimento do segredo do santo, mais do que resultante de uma preocupação com o exemplo dado aos fiéis, mostrava-se ligado a uma estratégia global de defesa da majestade pontifical. Parece sustentar ainda esse « plano hagiográfico » do aperfeiçoamento da soberania pontifícia o fato de que, embora desde o século XII o ideal de humildade apóstólica pareça presumir a ampliação das oportunidades de acesso à santidade a um quadro social mais alargado, depois de 1260, ocorre o encerramento inverso, e a despeito do ideal de santidade manter-se o mesmo, impõe-se « um elitismo rigoroso, que acaba por privilegiar de maneira quase exclusiva os doutores e os príncipes ⁸ ». A defesa da proeminência deste doutores e príncipes ficava assim tributária da « onipotência » papal, na qual todo poder terreno deveria estar referenciado.

- 8 Este investimento político da Igreja papal sobre o terreno das consciências pode ser percebido de forma mais dinâmica através dos sermões compostos e pregados já a partir do final do século XII como resposta indireta, porém necessária, aos debates acirrados que marcaram a segunda fase do movimento reformista, quando o ideal de reforma se disseminara pela sociedade, ameaçando a direção unívoca e as formas que o papado pretendia lhe dar. A produção hagiográfica do período evidencia um envolvimento direto com as prerrogativas papais, mostrando-se mais refratária às estratégias unificadoras da Igreja gregoriana, sendo por isso uma documentação mais uniforme do que os testemunhos da ação pastoral contidos nos sermões, sobretudo aqueles que, sabemos, foram efetivamente pregados. Os sermões apresentam uma relação mais direta com os debates a respeito do foro penitencial. Fazem-no fundamentalmente devido às exigências advindas da interpretação da piedade de fiéis que se tornam cada vez mais parte de uma congregação que deve ser conhecida em sua singularidade ⁹ e à necessidade de adequação de sua ação pastoral às exigências e pressões teóricas. Um padre secular, pregador de destaque mediano em uma cidade influente e confluyente – no que tange às discussões teológicas e doutrinárias – como Ranulfo de la Houblonnière, cônego e depois bispo de Paris (1225 ?-1288), foi levado, quer pelas imposições formais do calendário litúrgico, quer por sua obrigação exortativa, a tratar da penitência em onze dos vinte e sete sermões seus que sobreviveram ao tempo ¹⁰.
- 9 Gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a forma como a penitência – no sentido sacramental e no sentido amplo do termo – aparece no sermão de Ranulfo, bem como sobre o papel daquilo que podemos chamar de « interioridade » no desenvolvimento de sua argumentação. Embora em um de seus sermões sobre a Festa da Purificação da Virgem ele tenha tocado num número maior de temas correlatos à penitência (confissão, contrição, satisfação, consciência, exame de consciência),

trataremos aqui do Sermão do Primeiro Domingo da Septuagésima aquele em que, Ranulfo de la Houblonnière trata da questão mais detidamente ¹¹.

- 10 O sermão de Ranulfo, embora incompleto, possui forte coerência interna que permite pressupor que muito pouco se perdeu do texto original. No Sermão do Primeiro Domingo da Septuagésima, pronunciado diante da universidade e escrito entre 1273 e 1279 ¹², Ranulfo realiza uma bela manobra interpretativa sobre o texto evangélico de referência para a ocasião, Matheus 20, 8 : « Disse o senhor da vinha ao administrador : chama os obreiros e dá a eles o seu pagamento » [*Dixit dominus uinee procuratori : Uoca operarios et redde illis mercedem suam*] ¹³. A comemoração da Septuagésima, integrante do Tempo do Desvio, como indica o próprio pregador no proêmio de seu sermão, era tradicionalmente reservada para a rememoração contrita do estado de miséria do gênero humano decaído de sua primordial condição de inocência e para, consequentemente, a troca do ócio da contemplação pelo labor da ação (*increpat occium et inuitat ad laborem actionis*¹⁴). Respeitando aos imperativos formais básicos definidos pelo calendário litúrgico, seu texto, em seguida, inverte a expectativa gerada pelo intróito de que irá deter-se no rebanho de fiéis e passa a tratar particularmente da ação dos prelados. O faz através da enunciação significativa : « “Disse o senhor da vinha ao administrador : chama”, etc, palavras nas quais devemos notar três coisas, a saber, a autoridade de quem chama quando diz “Disse o Senhor”, em segundo, a diligência dos chamados, quando diz “obreiros” ; em terceiro a utilidade da ação quando diz “dá a eles” » [*«Dixit dominus uinee procuratori : Voca etc.» in quo uerbo tria notantur, scilicet uocantis auctoritas cum dicit : «Dixit dominus» ; secundo uocati strenuitas cum dicit : « Operarios » ; tertio operis utilitas cum dicit « Redde illis » etc*] ¹⁵. Apenas secundariamente o pregador se volta para os fiéis, sempre considerados do ponto de vista da ação do pastor. Ranulfo produz dessa forma um duro discurso exortativo dirigido aos prelados e doutores, mas do qual não deixa de resultar um quadro em que estão dispostas relações universais.
- 11 Além do intróito, o texto é dividido em cinco partes. A primeira delas começa com o esclarecimento das metáforas do texto evangélico de referência : « o senhor da vinha é o Deus Pai, o administrador dele é o Senhor Jesus Cristo, a vinha é a Igreja ou a alma de qualquer fiel » [*dominus uinee est Deus pater, procurator eius Dominus Ihesus Christus, uinea est Ecclesia uel quelibet fidelis anima*] ¹⁶. O texto prossegue centrado nos trabalhadores da vinha, os obreiros (*operarios*), também chamados de guardiões (*custodibus*), os anjos prelados e doutores (*angelis, prelatis et doctoribus*). As partir daí, as cinco partes do texto – cada uma delas subdividida em quatro partes – estão organizadas segundo os seguintes temas : 1) o guardião da vinha – sua eleição, a eminência superior daqueles que o elegem, sua diligência, a forma de sua presença junto à vinha – ; 2) como o guardião deve cuidar da vinha para que esta se torne tal como deve ser – portadora de humildade, piedade, bom nome e boas obras – ; 3) como deve agir o guardião para produzir tal vinha – cavá-la pelo temor e agitação de sua consciência, podá-la pelo julgamento da confissão, cercá-la pela execussão das leis, vindimá-la pela contemplação – ; 4) como o administrador é chamado e porque alguns resistem ao chamado – pelo signo da inspiração interna, pelo verbo da predicação, pela atração dos benefícios, pela tribulação – e 5) que homens são chamados – pecadores, prelados ; religiosos e regulares ; clérigos e escolares.
- 12 Estas cinco partes, vêm enquadradas pelo que podemos chamar de um preâmbulo à primeira parte e de um encerramento em que o tom de censura predomina ¹⁷. Após a

interpretação das metáforas evangélicas, aqueles aos quais a vinha é confiada – prelados e doutores – absorvem as atenções do pregador. Prelados e doutores aparecem de imediato cindidos, partes de um todo cuja unidade é imperfeita, pois se os sabemos cultivadores há também entre eles aqueles que são, de fato, destruidores da vinha que lhes é confiada. Sua ação é explicada pela vulnerabilidade da alma de certos cultivadores permissivos às afecções e aos ânimos alheios, que agem segundo procedimentos desviantes das normas: « Mas de muitos pode ser dito como no primeiro dos Cânticos: “Puseram a mim guardião das vinhas, minha vinha não guardei” isto é, das afecções e ânimos alheios, ou seja, “não guardei” a própria alma e sua ação » [Tamen de multis potest dici illud Canticorum primo: « Posuerunt me custodem in vineis vineam mean non custodiui » scilicet affectionibus uel animabus alienis, hoc est animam propriam et eius actionem non custodiui] ¹⁸. A vulnerabilidade em si não é o foco das censuras do pregador mas sim aquilo a que se é vulnerável, no caso, a influência daqueles que pretendem burlar a norma de ingresso na prelatura. Isso fica mais claro quando, a seguir, Ranulfo aponta as quatro coisas necessárias ao prelado (*quatuor prelato necessaria*): a eleição canônica, *cum dicitur « Poserunt »*; a eminência excelente *cum dicitur « Me »*; a diligência do guardião *cum dicitur « Custodem »* e, por fim, a forma de sua presença pessoal *cum dicitur « In vineis »*¹⁹. O cultivador deve simultaneamente guardar sua própria alma e ser vulnerável. Mas essa vulnerabilidade deve ser praticada apenas em presença daqueles que têm o direito e a autoridade para santa e verdadeiramente afetar a alma do prelado. O pregador fala assim como juiz, em defesa da norma que cabe a ele preservar.

- 13 Neste sermão da segunda metade do século XIII, a simonia se impõe como um tema organizador que divide os prelados e responde pela esterilidade ou não da vinha. Assim, a eleição canônica precede a todos os demais itens que garantem eficácia à ação do prelado. Esta eleição, como prossegue o pregador, refere-se a « te », « tua pessoa, não tua descendência ou família, “puseram” por eleição canônica, não por depravação simoníaca » [*tuam personam, non tuam progeniem uel familiam « posuerunt » canonica electione non symoniaca prauitate*] ²⁰. O desprendimento em relação aos interesses ou pressões familiares não apontam para uma afirmação isolada da pessoa mas para sua inclusão num outro quadro cujos direitos são pertinentes à condição de prelado. Assim, se a pessoa do prelado não deve estar referenciada no grupo familiar, ela deve por sua vez ser vulnerável, transparente aos que têm o direito de elegerem-no: « te, não tu te, mas eles te, “não te arrebatem”, não saias de ti ou acima de teu estatuto » [« Te » non tu te, sed ille te, « nolle extolli », extra te tolli uel supra statum tuum tolli »] ²¹. O prelado é exortado a não « sair de si », mas este movimento não coincide com sua vontade, ou com a tradição « familiar », porém com a tradição jurídica canônica da Igreja recém reformada, externa a ele.
- 14 Estar « em si » é estar onde e como lhe foi indicado estar pelo juri canônico, é participar de um estatuto comum: « “sê entre eles”, não fora deles pela singularidade, não antes por elação, não acima por opressão, não atrás por remissão, mas “entre eles”, pela conformidade dos costumes, “como um deles” » [*esto « in illis », non extra illos per singularitatem, non ante per elationem, non supra per oppressionem, non retro per remissionem, sed « in illis » per morum conformitatem « quasi unus ex illis »*] ²². Estar « em » si é estar numa ordem singularmente experimentada pelo encontro da pessoa com a norma que lhe dá lugar, que é exteriormente engendrada – « Te » non tu te, sed ille te – e é também estar no exterior mesmo de si, através do desempenho das ações públicas próprias aos prelados – *sed « in illis » per morum conformitatem « quasi unus ex illis »*. O juiz

vê e julga as ações mas nelas também perscruta, presume e julga o interior daqueles para quem predica. Sua atuação ambiciosa ascendência sobre estes dois ambientes, o interno e o externo, que se constituem na tensão gerada na pessoa, em primeiro lugar, externamente

- 15 O sermão de Ranulfo de la Houblonnière evidencia em suas primeiras linhas a forma como o foro canônico ao se especializar durante o período gregoriano, deslizou da exterioridade do julgamento divino das consciências para a exterioridade do julgamento eclesiástico através de seus prelados e doutores. O sermão prossegue em sua primeira parte, voltado para a ação objetiva dos prelados junto às almas dos fiéis, a vinha. Cabe ao prelado, primeiramente, conduzir as almas dos fiéis à humildade. Não se trata da humildade exterior e visível dos atos mas da humildade da alma. A humildade pode ser percebida, portanto, apenas na singularidade de cada alma, cuja verdade, que se precisa conhecer, se encontra restrita à consciência da pessoa: « porque na tua consciência se esconde o verdadeiro humilde » [*quia in consciencia tua latitat uere humilis*] ²³. Ora, nada no sermão pressupõe que cabe a Deus apenas o conhecimento e produção na alma dos fiéis da verdadeira humildade, mas sim ao prelado em sua humildade verdadeira e no bom desempenho de sua ação. Produzir a humildade, cuja verdade apenas a Deus deveria pertencer, pressupõe que o prelado deva reconhecer onde ela não se encontra. Em resumo, se o humilde é por princípio singular, pode ser encontrado apenas na consciência, não em suas próprias ações. O humilde pode, no entanto, vir a ser conhecido através da ação exterior à sua pessoa, da qual está incumbido o prelado.
- 16 Esta necessária ascendência dos prelados sobre a consciência particular de cada fiel certamente está veiculada à história da penitência sacramental a partir do IV concílio de Latrão (1215), mas esta se desdobra, para além do foro penitencial, para um sistema de sentidos instalado na própria lógica geral do sermão e que estrutura um quadro social e político em que os religiosos – legítimos e verdadeiros – exercem o papel de dinamizadores. Estes devem reconhecer e favorecer a singularidade da pessoa firmada na consciência. Este reconhecimento, no entanto, não implica a busca solitária mas dirigida, pelo prelado, da própria consciência. Esse reconhecimento não se realiza apenas através do acesso da penitência sacramental. O prelado deve « cultivar/moldar » a vinha, agindo sobre ela. Esta ação pastoral, cuja descrição ocupa a segunda parte do texto, começa pela perscrutação exterior do recanto da humildade escondido na consciência de cada um, prossegue exteriormente na imputação de boa fama (*opinio bone fame que facit peccatum cessare*) ²⁴ e se encerra nas boas obras que reconduzem à singularidade (*fructus delectationis per boni operis*) ²⁵.
- 17 A penitência sacramental abriga apenas parte do processo que deve ser construído pelas ações do prelado. Este deve cultivar a vinha de fora para dentro, cavando a seu redor por meio do « temor do juízo divino » e da « agitação da consciência » [*per timorem diuini iudicii et consciencie discutionem*] ²⁶. Em seguida, estas ações se estabelecem num plano propriamente relacional que é o da penitência sacramental, em que a alma do fiel « deve ser julgada pela confissão dos pecados » [*putanda est per peccatorum confessionem*] ²⁷. Embora o foro penitencial conceda a absolvição antes do cumprimento da penitência, a confissão é tratada claramente como um julgamento no qual o juiz é o prelado. Trata-se de uma relação marcada pela desigualdade em que a autonomia da pessoa não é cogitada primordialmente, mas ao invés disso, a revelação dos pecados dos corações, bocas e ações » [*sic per confessionem reuelanda sunt cordis, oris et operis*]

peccata]da vinha ²⁸.O espaço da confissão é duplamente externo : em primeiro lugar devido às pressões exercidas para sua conformação, constituídas por relações sociais públicas, embora protegidas em parte pelo sigilo confessional ; em segundo lugar, pela exposição necessária da intimidade, frente à autoridade que nos assuntos pertinentes à confissão age *ut deus*.

- 18 Um pouco mais adiante, na quinta parte do texto, a primeira categoria de chamados por Deus é justamente a dos pecadores cujo chamado objetiva a realização da penitência, entendida em sentido amplo. Quatro coisas são necessárias ao penitente : « o choro da contrição, o pranto da confissão gemente, a calvície da pobreza voluntária, o pano de saco, isto é, a austeridade ou aspereza da abstinência corporal » [*fletus contritionis, plactus gemebunde confessionis, caluicium uoluntarie paupertatis, singulum sacci id est austeritas siue asperitas abstinencie corporalis*] ²⁹.A penitência sacramental é apenas uma das formas de penitência permanente que cabem ao pecador. Estas formas de penitência, em sentido amplo, contém, em comum, o despojamento, « a poda dos sarmentos inúteis ». Poda que está no centro da caracterização da penitência sacramental que revela « os pecados dos corações, bocas e ações ». Estas formas de penitência exigem sobretudo o despojamento verdadeiro, que é interior à pessoa : « Com efeito, a calvície é o desnudamento da cabeça na parte anterior, o arrancar das raízes. Com efeito, é verdadeiramente calvo quem é pobre, não apenas pela obra mas também pela vontade » [*Caluitium enim est in anteriori parte capitis denudatio, radicum euultio. Vere enim ille caluis est qui uere pauper est, non tantum opere sed etiam uoluntate*]. Da mesma forma a veste de saco não deve ser deposta rapidamente mas, depois de despida, deve continuar investida na interioridade, mesmo em tempo de prosperidade. Neste caso os exemplos são os da constância de José ao ser advertido pelo anjo que não temesse tomar Maria por esposa (Mateus 1, 20) e da inconstância das promessas do Faraó ao povo de Israel (Êxodo 7, 11) ³⁰.
- 19 Não por acaso, a ação seguinte do prelado é representada pela metáfora do atamento da vinha « pela execução dos mandatos da lei » [*per mandatorum legem executinonem*] ³¹.A alma do fiel « deve ser amarrada pela observância dos preceitos e deve se elevar na sujeição aos conselhos » [*preceptorum obseruancia debet colegari et consilio adimptione eleuari*] ³². Mais adiante, quando trata do chamamento dos prelados, Ranulfo a eles se refere como « vigias » (*speculatores*) que « devem apascentar com o verbo, exemplo e auxílio temporal » [*pascere debent uerbo, exemplo et temporali subsidio*] ³³.Com efeito, « devem anunciar ao povo os seus crimes, os prêmios dos justos, os suplícios dos danados » [*Debent enim prelati ecclesie populo annunciare sua scelera, iustorum premia, dampnatorum supplicia*] ³⁴.O prelado julga como confessor, mas também julga como pregador. Esta ação salutar facilmente se verifica inversamente nas igrejas cujos « pastores são mudos, vigias cegos e lutadores mancos » [*muti sunt pastores, ceci speculatoreset manci pugnatores*] ³⁵. Por fim, o périplo das ações do guardião/prelado se encerra no retorno à consciência, conduzindo a alma do fiel à contemplação das coisas eternas « pela qual ocorre o alegramento da mente » [*per quam fit mentis letificatio*] ³⁶.
- 20 Também por meio da contemplação, aqueles que a ela foram chamados de maneira privilegiada por Deus, religiosos e regulares, podem voltar-se « para si » e no meio de sua consciência contemplar a Deus e temer sua majestade porque conhecem a onipotência divina : assim, aquele que contempla, « voltando-se para si no meio da sua consciência, com temor da majestade de Deus, contempla a Deus e admira Sua paciência » [*ad se rediens in medio concienie sue existens cum timore Dei maiestatem Dei*]

contemplatur et eius pacienciam admiratur]³⁷.Aquele que se dedica exclusivamente à contemplação encontra no meio dela a si mesmo, no mesmo lugar em que se depara com a plenitude do poder divino. Ora, como vimos, a contemplação é justamente o lugar a que a vinha deve chegar na vindima, última etapa da ação do cultivador/prelado.

- 21 Além daqueles que se dedicam à contemplação, Ranulfo estabelece uma última categoria de chamados, os clérigos e escolares que se irmanam à função pastoral no campo da ação. Estes agem junto à vinha, no domínio da sabedoria, inteligência e ciência « para que seu afeto seja purgado da cupidez, o intelecto [seja] iluminado pela verdade, o ato [seja] perfeccionado em santidade » [*ut affectus eorum sit purgatus a cupiditate, intellectus illuminatus ueritate, actus perfectus in sanctitate*]³⁸.Como as demais sub-divisões do sermão esta não se pretende isolada mas parte de uma lógica que remete a uma totalidade.
- 22 Estas partes reconstituem a tensão entre singularidade e pluralidade que é uma das particularidades do sermão no que diz respeito à interioridade da pessoa e às relações sociais representadas. Assim como Cristo, a videira verdadeira, contém em sua singularidade de videira, a pluralidade da vinha, a singularidade da pessoa deve conter a pluralidade que constitui a ordem social e política do mundo. A singularidade da pessoa é importante como o é cada parte da videira. Mas estas têm sentido apenas se ligadas à videira pois nela encontram sua utilidade : « Este tipo de vinha, a saber, os fiéis de alma devem ser da estatura do humilde, donde Juízes, 21, 20 “Ide escondei-vos nas vinhas”, porque na tua consciência se esconde o humilde de verdade, e João, 15, 1 “eu sou a videira verdadeira”. Ele próprio, com efeito, foi a verdadeira videira, estatura do humilde cujos sarmentos são úteis para aquecer, os cachos para degustar, o vinho par inebriar, as sombras para descansar » [*Huiusmodi autem uinee, scilicet fideles anime debent esse statura humilis per humilitatis custodiam, unde Iudic. XXI : « Ite. latitate in uineis », quia in consciencia tua latitat uere humilis, et Io. XV : « Ego sum uitis uera ». Ipse enim fruit uera uitis statura humilis cuius sarmenta utilia sunt ad calefaciendum, racemi ad degustandum, uinum ad inebriandum, umbra ad quiescendum*]³⁹.
- 23 Podemos dizer que a argumentação de Ranulfo está estabelecida em um duplo eixo. Um primeiro que discute a relação entre pluralidade e singularidade. Com efeito as sub-partes de seu texto são contruídas pela passagem da pluralidade à singularidade. Assim começam tratando das categorias que mencionamos no plural, para em seguida referirem-se a seus elementos particulares, no singular, como no exemplo que demos acima acerca da categoria dos religiosos e monges. Este procedimento, comum aos sermões medievais, carrega um efeito suplementar quando aplicado ao campo da consciência singular de cada membro da comunidade cristã. Um outro eixo é dado pelo percurso que marca cada um das partes do texto que vão da consciência à consciência mediante o concurso permanente da ação do prelado. Assim a singularidade divina e sua onipotência coincidem na consciência daquele que caminha para Deus e vive na sujeição ao conselho de seus juízes terrenos, os prelados. É com efeito na sujeição à autoridade exterior que se encerra a autonomia da pessoa.
- 24 Ranulfo assenta a sedução e o poder argumentativo de seu sermão nos termos das discussões acadêmicas que, no entanto, voltam por suas mãos à universidade formatadas pela pastoral das almas e dirigidas à moralização e sujeição dos próprios doutores a fim de que *intellectus illuminatus ueritate, actus perfectus in sanctitate*⁴⁰. Essa sujeição se dá pela autoridade do prelado que está fora deles mas também neles e,

portanto, firma a interioridade desses homens fora deles mesmos no espaço comum dado pela prelatura. O sermão de Ranulfo de la Houblonnière nos mostra o deslizamento da temática jurídica fortemente presente na reestruturação da igreja gregoriana para os sermões e a modificação na configuração da autoridade dos clérigos que, se por um lado ganha terreno numa ação conjunta melhor provida de meios materiais e espirituais, por outro lado, também conhece novos limites na conjugação necessária de todos os juízes que entre si se julgam e depuram segundo um direito auto-referente. No entanto, é preciso destacar a singularidade do texto no que diz respeito ao motor das ações que não são resultado da exortação para que se siga o exemplo de Cristo ou da evocação dramática dos gestos do juiz divino, mas derivam da ação dos prelados sobre a alma dos fiéis e de seu controle sobre os meios de eleição canônica. Os prelados são assim, simultaneamente, modelo e juizes de um foro duplo, o da penitência e o do direito canônico propriamente dito.

NOTES

1. Paris, Aubier, 2005.
2. J. CHIFFOLEAU, « *Ecclesia de occultis non iudicat*. L'Église, le secret, l'occulte du XII^e au XV^e siècle », *Micrologus. Nature, sciences and medieval studies*, 14 (2005), p. 359-481.
3. www.ifch.unicamp.br/leme.
4. P. PRODI, *Uma história da justiça. Do pluralismo deos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*, São Paulo, 2005.
5. N. BÉRIOU, *La prédication de Ranulphe de la Houblonnière. Sermons aux clercs et aux simples gens à Paris au XIII^e siècle*, Paris, 1987, 2 vol.
6. V. MARTINEZ-GARCIA, *El testimonio del confessor en los procesos de beatificación de los servos de Dios y canonización de los bienaventurados*, Tese datologr., Roma, Univ. Gregoriana, 1954.
7. A. VAUCHEZ, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*, Paris, 1988, p. 118-119.
8. A. VAUCHEZ, *La sainteté...*, *ibid.*, p. 160-161.
9. O canon 21 do IV Concílio de Latrão tenta levar a ligação intra-paroquial a uma expressão nova quando procura ligar firmemente a pessoa do fiel à pessoa de seu confessor. Este deve ser, segundo o concílio, o mesmo que pastoreia a paróquia à qual o fiel está ligado.
10. Aumenta o interesse do registro deixado por um prelado como Ranulfo o fato de sabermos que seus sermões chegaram ao público a que se destinavam.
11. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *op. cit.*, p. 58-73. Os dois *Quolibets* de Ranulfo, datados de 1274 e 1275, mostram que um quarto das 42 questões apresentadas a ele diziam respeito à penitência, o que indica, segundo Nicole Bériu, que « Tudo se passa como se os clérigos assíduos a estas justas intelectuais reconhecessem a Ranulfo uma competência particular nesta matéria... a menos que ele mesmo não tenha sugerido a alguns intervenientes as questões que absorviam mais seu pensamento ! » N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 18-19.
12. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 184-192. A data exata em que foi composto o sermão não é conhecida mas esta certamente se encontra entre a entronização de Ranulfo entre os cônegos de Notre-Dame de Paris por Estêvão Tempier por volta de 1273 – uma vez que no sermão, o pregador

refere-se a si mesmo como « *dominus magister* » – e 1279 quando ele mesmo assume a cátedra episcopal.

13. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 184.

14. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 185.

15. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

16. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

17. O sermão se encerra com uma inversão a I Pedro 2, 9 : « Vós sois o gênero dos rejeitos, sacerdócio venal, gente perversa, povo de perdição, “de forma que” blasfemais “contra as virtudes dele, que vos chamou de” vossas “trevas” através de seu próprio filho para a “sua admirável luz”. » [*Vos estis genus eiectum, uenale sacerdocium, gens peruersa, populus perditionis, ut uirtutes eius blasphemetis qui uos uocauit per proprium filium de tenebris uestris ad admirabile lumen suum.*]N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 192.

18. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 185.

19. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

20. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

21. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

22. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 185-186.

23. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 186.

24. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

25. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

26. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

27. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 187.

28. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

29. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 190.

30. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 190.

31. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 187.

32. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

33. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 191.

34. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

35. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*

36. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 187.

37. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 191.

38. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 191-192.

39. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 186.

40. N. BÉRIOU, *La prédication...*, *ibid.*, p. 192.

AUTEUR

NÉRI DE BARROS ALMEIDA

Universidade Estadual de Campinas